
POLÍTICA AMBIENTAL E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS

LA POLÍTICA AMBIENTAL Y LOS DESAFÍOS DE LA SOSTENIBILIDAD EN LA AMAZONIA: APROXIMACIONES CRÍTICAS

ENVIRONMENTAL POLICY AND THE CHALLENGES OF SUSTAINABILITY IN THE AMAZON: CRITICAL APPROXIMATIONS

Roberto Goulart Menezes¹

<https://orcid.org/0000-0002-3220-7765>
<http://lattes.cnpq.br/3447982256778354>

Ana Tereza Reis da Silva²

<https://orcid.org/0000-0001-8204-0732>
<http://lattes.cnpq.br/1290786927670370>

Carlos Potiara Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-0493-6397>
<http://lattes.cnpq.br/3132802376511499>

RESUMO: Atravessamos um período de inflexão histórica sem precedentes, em que o destino da Amazônia se encontra irreversivelmente entrelaçado com o destino do planeta. Um desses desafios diz respeito à superação do imaginário colonial sobre a Amazônia que ainda influencia fortemente as políticas voltadas para a região. O imaginário colonial e os projetos extrativistas e desenvolvimentistas para a Amazônia persistem, apesar do reconhecimento ambiental de sua importância no enfrentamento do colapso climático. Neste capítulo, refletimos criticamente sobre os efeitos dessas persistências e sobre os desafios que perpassam a proteção desse bioma e dos povos que nele vivem e com ele coexistem. Organizamos o argumento em três momentos. No primeiro, revisitamos criticamente o desenvolvimentismo historicamente imposto para a região amazônica e as disputas entre os projetos (neo)extrativistas e os projetos de

¹ É Professor Associado IV do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Doutor em Ciência Política pela USP. Foi professor visitante no Arrighi Center for Global Studies da Johns Hopkins University (EUA, 2018-2019) e na Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM, 2024). É bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: rgmenezes@unb.br

² Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. É ribeirinha-cabocla-indígena, originária da região de várzea de Santarém-PA. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e nos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE/UnB) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/UnB). Coordena o Grupo de Pesquisa Educação, Saberes e Decolonialidades (Gpdes/UnB/CNPq). E-mail: tapajuara@gmail.com

³ Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Trabalhou na Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima com cooperação internacional. Realizou Pós-Doutoramento no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). É secretário-executivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). E-mail: poticastro@ufpa.br.

sustentabilidade *mainstream* (modernização ecológica). No segundo, analisamos o desmantelamento da política de proteção ambiental do país sob o governo Bolsonaro. No terceiro, centramos na retomada da agenda ambiental pelo governo Lula da Silva, no âmbito da política interna e das relações internacionais, mirando os avanços e os desafios da agenda ambiental para o bioma amazônico.

Palavras-Chave: Amazônia; Desenvolvimento Sustentável; Política Ambiental; Desigualdades.

RESUMEN: Estamos atravesando un período de inflexión histórica sin precedentes, en el que el destino de la Amazonía está irreversiblemente entrelazado con el destino del planeta. Uno de estos desafíos tiene que ver con la superación del imaginario colonial sobre la Amazonia, que todavía influye fuertemente en las políticas dirigidas a la región. El imaginario colonial y los proyectos extractivos y de desarrollo para la Amazonia persisten, a pesar del reconocimiento ambiental de su importancia para abordar el colapso climático. En este capítulo, reflexionamos críticamente sobre los efectos de estas persistencias y sobre los desafíos que permean la protección de este bioma y de las personas que viven en él y coexisten con él. Organizamos el argumento en tres momentos. En el primero, revisamos críticamente el desarrollismo impuesto históricamente en la región amazónica y las disputas entre proyectos (neo) extractivos y proyectos dominantes de sostenibilidad (modernización ecológica). En el segundo, analizamos el desmantelamiento de la política de protección ambiental del país durante el gobierno de Bolsonaro. En el tercero, nos centramos en la retoma de la agenda ambiental por parte del gobierno de Lula da Silva, en el ámbito de la política interna y las relaciones internacionales, centrándonos en los avances y desafíos de la agenda ambiental para el bioma amazónico.

Palabras clave: Amazonía; Desarrollo Sostenible; Política Ambiental; Desigualdades.

ABSTRACT: We are going through a period of unprecedented historical inflection, in which the destiny of the Amazon is irreversibly intertwined with the destiny of the planet. One of these challenges concerns overcoming the colonial imaginary about the Amazon, which still strongly influences policies aimed at the region. The colonial imaginary and extractive and developmental projects for the Amazon persist, despite environmental recognition of their importance in tackling climate collapse. In this chapter, we reflect critically on the effects of these persistences and on the challenges that permeate the protection of this biome and the people who live in it and coexist with it. We organize the argument into three moments. In the first, we critically revisit the developmentalism historically imposed on the Amazon region and the disputes between (neo) extractive projects and mainstream sustainability projects (ecological modernization). In the second, we analyze the dismantling of the country's environmental protection policy under the Bolsonaro government. In the third, we focus on the resumption of the environmental agenda by the Lula da Silva government, within the scope of internal politics and international relations, focusing on the advances and challenges of the environmental agenda for the Amazon biome.

Keywords: Amazon; Sustainable Development; Environmental Policy; Inequalities.

INTRODUÇÃO

O bioma amazônico é estratégico no debate global sobre a governança do clima. Nesse sentido, um dos grandes desafios enfrentados pelos países da região é assegurar a proteção da natureza aliada à promoção da justiça social com equidade. Essa preocupação foi central no histórico discurso que o presidente Lula da Silva proferiu na abertura da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2023. Segundo ele, “agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas”. O presidente também reafirmou o protagonismo e a soberania que os países da Pan-Amazônia devem ter na construção de uma política ambiental global que inclua a região: “O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si” (Lula 2023).

A frase evoca, de um lado, a importância estratégica da região para o enfrentamento do colapso climático e o crescente interesse que o bioma tem despertado ao redor do mundo, especialmente na proteção de suas florestas e dos povos que nelas vivem. Por outro, a frase pode ser interpretada como um gesto de reconhecimento da capacidade de agência das florestas e dos seus povos, indicando a necessidade de um efetivo protagonismo da região na construção e formulação de um novo caminho civilizatório para a região inspirado nas tecnologias, saberes e modos e vida dos povos e comunidades tradicionais. E que respeite os projetos de boa vida das comunidades locais, que reconheça a *natureza como sujeito de direito* (Gudynas, 2019), que preze pela conciliação entre proteção ambiental e justiça social. Isto é, que evoque o ideário de uma cidadania plena dentro da floresta – *a florestania*, tão bem formulada pela Aliança dos Povos da Floresta – e um *(des)envolvimento* com a floresta em pé, como propôs a geógrafa Bertha Becker.

Isso passa pela superação do imaginário colonial e dos interesses extrativistas que estigmatizam a região e seus povos como empecilho ao progresso, assim como pressupõe o enfrentamento das políticas preservacionistas que pretendem salvaguardar a Amazônia sem as pessoas dentro (Reis da Silva, 2015). Esses dois extremos, o *mito moderno da natureza intocada* (Diegues, 2008) e o desenvolvimentismo econômico a qualquer custo, desconsideram que o bioma é fruto de uma interação história e da coevolução de seus povos com as florestas. Que foram as práticas ancestrais de uso e manejo do território que tornaram possíveis a ampliação da agro biodiversidade amazônica e a manutenção da floresta em pé (Adams et al., 2006).

Neste capítulo, refletimos criticamente sobre os efeitos da persistência do imaginário colonial e dos projetos desenvolvimentistas sobre e para a Amazônia, analisando os desafios que perpassam a proteção desse bioma e dos povos que nele vivem e com ele coexistem. Para tanto, na primeira seção contextualizamos o desenvolvimentismo na Amazônia e sua correlação com a modernização ecológica, situando as disputas entre sustentabilidade e projetos neoextrativistas, entre economia de mercado e os projetos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Na segunda, analisamos o processo de descontinuidade e ruptura da política de proteção ambiental do país sob o governo Bolsonaro. Na terceira, analisamos a retomada da agenda ambiental pelo governo Lula da Silva, no âmbito da política interna e das relações internacionais, indicando os avanços já logrados e os desafios da Agenda 2030 para o bioma amazônico.

As reflexões aqui desenvolvidas partem do pressuposto de que colocar a Amazônia no centro do debate global que visa a construção de um outro caminho civilizatório, mais sustentável e justo, demanda a recusa do imaginário colonial e do modelo econômico imposto para a região desde a colonização, baseado no esbulho, no extrativismo intensivo e desordenado, que tem historicamente transformado a Amazônia em uma *zona de sacrifício*.

SUSTENTABILIDADE: ENTRE A MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA E NEOEXTRATIVISMO

A busca por um modelo econômico que leve a sério os limites biofísicos dos ecossistemas, sempre esbarrou em uma visão *mainstream* de desenvolvimento sustentável, calcada na noção de modernização ecológica, uma espécie de via do meio ou rota conciliadora entre crescimento econômico e sustentabilidade (Veiga, 2010; Romeiro, 2012). Os críticos da modernização ecológica identificam ao menos três limites dessa perspectiva: a relação desequilibrada entre economia e sustentabilidade, em que a primeira se sobrepõe à segunda; o predomínio de uma concepção utilitarista do ambiente; e a ausência de preocupações sociais em relação a pobreza, a desigualdade e a injustiça ambiental. Além disso, alertam que a aposta nas inovações tecnológicas para mitigar os problemas ambientais tende a afastar um debate mais profundo sobre a necessidade de mudanças estruturais nos modelos econômicos vigentes (Alier, 2011; Acselrad, 2004; Altvater, 2001).

Em 2008, a ideia de modernização ecológica ganhou um novo impulso quando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) adotou a noção de *economia*

verde para designar um ideal de desenvolvimento, baseado em tecnologias limpas, voltado para a promoção da "[...] melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social" e para a redução significativa "dos riscos ambientais e escassez ecológica" (PNUMA, 2011, p. 9). Apesar de dar ênfase às dimensões sociais e à sustentabilidade ecológica, algo que pode ser interpretado como um esforço para reavaliar a histórica predominância dos aspectos econômicos, nada mudou no que diz respeito à confiança cega nas tecnologias para mitigar os problemas ambientais. Mais que isso, ao propor que as *tecnologias limpas* podem aumentar a eficiência do uso dos recursos naturais (ecoeficiência) e, no longo prazo, desacoplar o crescimento econômico de sua base material e energética, a economia verde dobra a aposta nas soluções baseadas no desenvolvimento científico e tecnológico.

A emergência e a adoção de novos termos e conceitos não é capaz, contudo, de alterar a realidade e, mais precisamente, de tornar a modernização ecológica um caminho eficaz para o enfrentamento do colapso climático. Em outras palavras, muda-se os termos, mas a questão de fundo segue inalterada, afinal, se os problemas causados pela lógica capitalista de produção e consumo podem ser indefinidamente corrigidos pelo avanço tecnológico, a natureza não impõe restrições ao crescimento econômico; ou, se impõe, estas são circunstanciais. Além disso, de acordo com Almeida (2012), considerando os interesses comerciais em jogo e a correlação de forças entre países do Sul global e do Norte global, ao invés de corroborar para a difusão de práticas econômicas mais sustentáveis, o mercado de *tecnologias limpas* pode aprofundar as desigualdades globais. Há, ainda, outro aspecto que precisa ser levado em conta: ao arrastar as soluções para o campo da produção e do consumo de tecnologias, a economia verde reduz a questão ambiental a "coisa de mercado", sobrepondo os interesses mercantis aos interesses coletivos de bem-estar, qualidade de vida e equidade social.

Em síntese, o conceito de economia verde fortalece a convicção de que "os desenvolvimentos futuros de nossa capacidade de controlar a natureza nos permitirão lidar com qualquer problema novo e qualquer efeito colateral indesejável que surgir de sua implementação" (Lacey, 2008, p.163). Assim, os limites dos ecossistemas nunca serão vistos como "restrição às possibilidades de expansão à economia", podem "no máximo criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superados por inovações" (Veiga, 2010, p.122).

Na Amazônia, essa lógica foi impulsionada com o projeto desenvolvimentista implementado na região pela ditadura militar, cujo lema *integrar para não entregar* forjou a imagem de um território vazio, desabitado e bárbaro; um *inferno verde* que precisava ser

dominado, domesticado, explorado e *modernizado* para contribuir com o progresso da nação. Os megaprojetos de infraestrutura (como a Usina de Tucuruí e a Transamazônica, por exemplo), a distribuição de terras para grandes empresas, o incentivo à mineração e a expropriação de terras ancestralmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, dentre outros) compunham as estratégias para a exploração da região visando a concretização do chamado “milagre econômico” propugnado pela ditadura civil-militar nos anos de 1970. Naquele período, o Brasil registrou altos índices de crescimento econômico enquanto a violência no campo, a fome, a pobreza e a desigualdade social cresciam vertiginosamente.

Desde o final dos anos de 1990, o modelo desenvolvimentista ganhou um novo impulso com o rápido alargamento das fronteiras econômicas na região, com os megaprojetos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, portos e ferrovias, entre outros) e com a intensificação do monocultivo em larga escala, da pecuária extensiva e da exploração mineral e florestal.

Esse avanço de empreendimentos econômicos agressivos, caracterizado pela participação consorciada do Estado junto ao capital privado, tem sido identificado pela literatura especializada como uma nova fase do extrativismo capitalista predatório que caracterizou o desenvolvimentismo dos anos de chumbo. Segundo Svampa (2019, p. 18), o neoextrativismo transnacional no século XXI caracteriza-se por uma “nova dinâmica de acumulação do capital baseada na pressão sobre os bens naturais, as terras e os territórios”. Para a autora, a lógica neoextrativista não se restringe a países liderados por governos sabidamente conservadores e liberais, mas também está presente nos governos progressistas da primeira década do século XXI na América Latina.

A Usina de Belo Monte é um exemplo emblemático do neoextrativismo transnacional. Concebida ainda no regime militar (1964-1985), o projeto foi levado a cabo a partir de 2011 em pleno regime democrático e no contexto de um governo progressista. A construção de Belo Monte só foi possível graças a participação do Estado que atuou para “contornar” leis e condicionantes ambientais que, caso tivessem sido considerados e aplicados, inviabilizariam o empreendimento. Como parte interessada, instâncias governamentais agiram para flexibilizar regras, ignorando violações de direitos e fazendo vista grossa para todo tipo de crimes ambientais. O custo ambiental e social de Belo Monte envolve a violação sem precedentes dos direitos humanos dos povos da Volta Grande do Xingu e dos direitos da natureza (Brum, 2021). Humanos e não humanos foram desterritorializados, soterrados no canteiro de obras da usina e represados junto com o Rio Xingu.

Os povos e movimentos sociais da região têm também denunciado os efeitos não previstos nos estudos de impacto ambiental que estão associados à etapa de pleno funcionamento da usina. Um exemplo desse efeito é crescente desaparecimento de espécies de peixes e de outras formas de vida, processo que pode se prolongar no tempo perturbando de forma irreversível a vida do rio, da floresta e dos povos que nela vivem. Um desastre similar está previsto para a bacia do Tapajós, no Oeste do Pará. Se confirmada, a UHE de São Luiz do Tapajós atingirá uma área de 722, 25 km², afetando unidades de proteção ambiental e territórios de comunidades ribeirinhas e do povo Munduruku (Barbosa, 2023).

Esses exemplos demonstram que o neoextrativismo também está diretamente associado ao fenômeno das expulsões provocado pelas políticas neoliberais desde a década de 1980 (Sassen, 2016, 2018). De acordo com Sassen, essas “formações predatórias” constituem um traço do capitalismo contemporâneo e ocorre por meio da “combinação de elites e de capacidades sistêmicas”, em que o mercado financeiro potencializa a concentração de riqueza ao tempo que promove expulsões e desigualdades avassaladoras (Sassen, 2016, p. 22).

Ainda segundo a autora, as “capacidades sistêmicas são uma combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a permissão governamental” que “empurra pessoas para fora”, seja através da implementação de políticas de austeridade, com a supressão e a violação de direitos, seja através da aquisição de grandes extensões de terra por corporações para o monocultivo em larga escala, pecuária extensiva, exploração florestal e megaprojetos de infraestrutura (Sassen, 2016, p. 23). Embora Sassen focalize em sua obra as transformações do chamado *capitalismo contemporâneo desenvolvido*, as chaves analíticas formuladas pela autora se aplicam a um exame da realidade internacional contemporânea, sobretudo dos novos espaços de extração de lucros e das novas formas de expulsões no Sul Global, como é o caso da região amazônica.

Apesar do lobby e da força política por trás desse modelo de desenvolvimento, que conta com forte apoio de setores conservadores e ultraconservadores do Congresso Nacional, a hegemonia desse projeto econômico colonial e predatório tem sido confrontada graças ao crescente interesse ecológico em torno da Amazônia. Especialmente a partir da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO, 92), a Amazônia tem ganhado visibilidade, assim como a luta dos povos originários em defesa de seus territórios e modos de vida.

Assim, o avanço das práticas neoextrativistas (como a rápida expansão da fronteira das *commodities*, a implementação de novos megaprojetos de mineração e energia, dentre outros)

não se dá sem conflito. Ao contrário, esse avanço tem suscitado novos processos de mobilização e resistência dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo daqueles que têm seus direitos violados e seus modos de vida ameaçados com o avanço dos empreendimentos econômicos sobre seus territórios. O que esses povos buscam, para além da proteção de seus direitos, é um projeto de nação que os incluam. Buscam, como muitas lideranças têm afirmado, *nunca mais um projeto de Brasil sem nós* (Krenak, 2019); nunca mais um modelo de desenvolvimento sem participação popular, sem a consideração das práticas ancestrais de sustentabilidade, das ciências próprias e das cosmovisões dos povos originários.

Os povos e comunidades tradicionais lutam, portanto, por uma sustentabilidade que vá além da mera intenção, que supere os discursos ambientalmente corretos e a maquiagem verde do capital. Como agentes políticos que têm assumido o protagonismo frente aos desafios do clima, esses povos aspiram a uma mudança radical das estruturas, do modelo hegemônico de desenvolvimento, o que inclui considerar e levar a sério as alternativas de desenvolvimento que são informadas pelos seus modos de vida e projetos de bem-viver, enquanto sociedades não centradas na economia de mercado.

A forma como esses povos têm formulado uma outra perspectiva de sustentabilidade, por meio de suas práticas históricas e ancestrais, de suas cosmovisões e saberes, interpela de forma profunda tanto o desenvolvimentismo capitalista baseado na extração sem limites dos recursos naturais, quanto as concepções hegemônicas (*mainstream*) de sustentabilidade que orientam os discursos e as práticas de movimentos ambientalistas, tomadores de decisão, organismos internacionais e da ciência ocidental eurocentrada.

A propósito da noção de desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro, Zhouiri (2014, p. 131) enfatiza que, “com surpreendente capacidade catalisadora, o crescente prestígio da noção de desenvolvimento sustentável foi acompanhado por um processo de despolitização dos debates e escamoteamento dos conflitos, abrindo espaço para o paradigma da modernização ecológica e sua lógica operativa da adequação no âmbito do licenciamento ambiental”. Ou seja, esse esvaziamento de sentido da noção de desenvolvimento sustentável acaba por servir aos propósitos da concepção hegemônica de desenvolvimento e da lógica predatória.

Para além das disputas semânticas, e longe de evocar uma ruptura real com o desenvolvimentismo e com o progresso técnico-científico que está na base do colapso ecológico, a noção de desenvolvimento sustentável sempre representou uma aposta na modernização como caminho para “o crescimento econômico eficiente (sustentado) no longo

prazo” (Romeiro, 2012, p. 69). Nos últimos anos, esse debate tem ganhado novos contornos com a emergência de uma abordagem "alternativa" de tecnologias limpas, a chamada bioeconomia.

Embora estejam em disputa, as formulações em torno desse conceito indicam que se trata de mais um esforço para conciliar crescimento econômico e proteção ambiental. Um esforço que, vale lembrar, surge inicialmente no contexto de países desenvolvidos e, aos poucos, tem ganhado destaque no setor privado e em projetos governamentais no Brasil. É o caso do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI-Bioeconomia), que surgiu em 2018 sob a liderança do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (CGEE, 2017).

Branco (2021, p.8), lembra que embora o referido Plano esteja em consonância com os ODS e com as metas do Acordo de Paris, ele não faz "[...] qualquer menção à Amazônia e aos povos tradicionais detentores de conhecimentos sobre a nossa biodiversidade. Em contrapartida, as matérias-primas mais abordadas pelo Plano como contrapartida ao uso de derivados fósseis são a cana-de-açúcar, soja, milho, eucalipto, girassol, algodão, entre outras matérias-primas ligadas ao agronegócio". O autor afirma que a inserção do Brasil nesse tema tem se dado de forma subordinada, com práticas que, mesmo evocando discursos de sustentabilidade e bioeconomia, mantêm o mesmo *modus operandi* de exploração de recursos naturais, baseado na produção de *commodities*:

Assim, é possível relacionar a inserção brasileira na bioeconomia pelo conceito de “consenso das commodities” [...], ou seja, a aposta numa economia baseada no agronegócio e na extração mineral, e que resulta em muitos conflitos ambientais, devido a seu potencial destrutivo ao meio ambiente, e sociais, por conta do caráter ampliador de desigualdades (Branco, 2021, p. 11).

Esse dado revela que a bioeconomia, enquanto prática e conceito em disputa, também corre o risco de ser transformada em modismo e de ser vendida como solução mágica, a exemplo do desenvolvimento sustentável há tempos capturado e colonizado pelos interesses de mercado. Sem um debate crítico que inclua e assegure o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, a bioeconomia corre o risco de se transformar em um engodo, uma maquiagem para projetos econômicos que disfarça suas reais intenções predatórias e neoextrativistas.

O DESMANTELAMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL SOB BOLSONARO

Entre 2019 e 2022, o Brasil viveu não apenas a descontinuidade da política ambiental do país, mas o desmantelamento do regramento institucional e legal de proteção da natureza (Menezes and Barbosa Jr., 2021). A política ambiental predatória do governo Bolsonaro rompeu com toda e qualquer legislação que representasse obstáculo aos interesses econômicos relacionados à exploração das terras públicas para expansão do agronegócio e da extração mineral e florestal. Isso envolveu uma série de medidas e retrocessos.

Por meio de decretos e instruções normativas, Bolsonaro esvaziou as competências do Ministério do Meio Ambiente (MMA), afrouxou as regras de licenciamento ambiental, acelerou a liberação de agrotóxicos, enfraqueceu as políticas indigenistas e de proteção ambiental, bem como estimulou abertamente a exploração ilegal de recursos florestais e minerais, inclusive o garimpo em terras indígenas (Greenpeace, 2020). Em setembro de 2021, o então Ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou um pacote com 14 medidas para “afrouxar a proteção ambiental”, entre as quais estava a adoção de licenças ambientais automáticas, o afrouxamento da regulação dos agrotóxicos e a retirada da proteção da Mata Atlântica (Miola, 2021).

O esvaziamento da atuação do MMA também envolveu a neutralização da expertise técnica, desenvolvida e acumulada ao longo dos anos. Servidores públicos experientes e comprometidos com a aplicação rigorosa da legislação ambiental foram removidos de seus cargos e, no lugar deles, militares e policiais passaram a ocupar postos de comando. Por outro lado, a desestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) instituído em 1982, também foi um passo decisivo no processo de desmantelamento da política e da legislação ambiental do país. O Decreto 9.806/2019 reduziu de 96 para 23 o número de membros conselheiros, enfraquecendo substantivamente a representação da sociedade civil. A desestruturação do Conoma visava eliminar os espaços de participação popular, controle social e diálogo entre a sociedade e o poder público previstos na Constituição de 1988 e que vinham sendo construídos desde o processo de redemocratização do país. Assim, o principal órgão de controle social, responsável por estabelecer a Política Nacional de Meio Ambiente do país, foi dominado pelos setores econômicos que apoiavam as medidas de Bolsonaro e defendiam abertamente a revogação de quase toda a legislação ambiental brasileira construída nas últimas quatro décadas e que contribuíram para a reputação internacional do Brasil nos fóruns internacionais.

Em um cenário de paralisia inédita das demarcações de Terras Indígenas, avanço do garimpo ilegal, números recordes de desmatamento e queimadas, conivência declarada do governo com toda sorte de crime ambiental, o Brasil saiu da COP26 como chegou: desacreditado e sem conseguir convencer nenhum de seus interlocutores a respeito de seu plano de metas para lidar com a emergência climática. Na COP 26, o Brasil foi frontalmente questionado e cobrado a retomar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal⁴ (PPCDAm) criado em 2004. Foram os ótimos resultados deste Plano entre 2004 e 2012 que levaram à criação do Fundo Amazônia pela Noruega e Alemanha. Ao final da gestão Bolsonaro, o Brasil já era responsável por 3,2% das emissões de gases do efeito estufa, o que escancarava os efeitos perversos de sua antipolítica ambiental. Esses efeitos também eram sentidos nos acordos econômicos bilaterais, a exemplo da manifestação da União Europeia de não fazer avançar o Acordo Mercosul-União Europeia enquanto Bolsonaro fosse presidente.

Sob Bolsonaro, não se tratava de debater a política ambiental do país, mas objetivamente de dismantelar todo e qualquer regramento jurídico que representasse alguma barreira ambiental às práticas econômicas predatórias. Imbuído desse propósito, Bolsonaro não só reforçou uma lógica burocrática perversa, que em muito se assemelha às práticas do regime militar, como buscou romper com o arcabouço institucional da proteção ambiental sob o disfarce de desburocratizar o desenvolvimento do país. Na prática isso significou abrir a porteira para a exploração sem limites dos recursos naturais, o que ensejou, inclusive, as tentativas de reverter demarcações de terras indígenas, a paralização de processos de homologação de novas áreas que já estavam em curso, a defesa e incentivo à exploração mineral, florestal e outras atividades econômicas nocivas ao meio ambiente em terras indígenas e áreas protegidas. Não por acaso, foi justamente na região Amazônica, onde vivem 180 povos indígenas (cerca de 80% de todos os indígenas no Brasil), que o governo Bolsonaro concentrou a maioria de suas políticas predatórias. O seu governo atuou incessantemente na defesa da tese espúria do marco temporal, amplamente apoiada pelo

⁴ A Amazônia Legal foi criada pela Lei 1.806/1953. Hoje ela corresponde a 59% do território brasileiro e uma área de cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados. Ela engloba nove estados e 772 municípios distribuídos da seguinte forma: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181). Nela vivem 56% da população indígena do País, abriga grande biodiversidade, a floresta tropical, 37% do bioma Cerrado e 40% do Pantanal.

agronegócio, segundo a qual só seriam reconhecidos territórios tradicionais as terras em que povos indígenas já estivessem ocupando na data de promulgação da Constituição de 1988⁵.

Os territórios dos povos tradicionais, como sabemos, são as últimas fronteiras de resistência ao avanço do agronegócio, dos projetos neoextrativistas (exploração mineral e florestal) e dos megaprojetos de infraestrutura que ameaçam a manutenção dos ecossistemas. A permanência desses povos em suas terras é o que mantém a floresta em pé e mobiliza ativos ambientais estratégicos para as políticas de proteção da natureza e dos bens naturais (Reis da Silva, 2015, 2019). Não por acaso, mesmo que não seja declarado oficialmente, queimar a floresta se tornou um eixo estrutural da política ambiental predatória de Bolsonaro, não apenas porque esse mecanismo remove drasticamente a cobertura vegetal, favorecendo a grilagem e a implantação de atividades econômicas proibidas nessas áreas, mas porque a destruição das florestas inviabiliza a sobrevivência e permanência das populações que nelas vivem, cujos modos de vida se opõem frontalmente aos interesses econômicos predatórios (ISA, 2021).

Dito de outra forma, tendo em conta que os modos de vida desses povos estão diretamente imbrincados com o futuro da floresta, que o bem-estar deles depende do bem-estar da natureza, minar a integridade física e simbólica desses povos e dos seus territórios se tornou parte constitutiva da antipolítica ambiental de Bolsonaro. Trata-se do neoextrativismo em sua versão mais perversa, de políticas de expulsões que não só aniquilam a natureza e os bens naturais, mas que também submetem populações inteiras a situações extremas de violência física, adoecimento, penúria material e violações de direitos que aniquilam frontalmente sua dignidade humana, a exemplo da tragédia vivenciada pelos Mundurucu e Yanomami durante o governo Bolsonaro⁶.

Apesar do contexto adverso, marcado por retrocessos sem precedentes, os povos e comunidades tradicionais do Brasil mantiveram-se firmes, exercitando com altivez seu protagonismo político e sua agência histórica. Articulando redes e aliados nacionais e internacionais, eles têm logrado resistir a uma concepção de desenvolvimento que busca domesticar, pilhar e mercantilizar seus territórios de vida. Mais que isso, ao tempo que

⁵ Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a tese do Marco Temporal. No entanto, no mesmo ano, o Congresso aprovou a Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023) que dificulta e estabelece vários entreves para a demarcação de Terras Indígenas. A questão está longe de ser pacificada e gerou a criação de uma comissão de conciliação pelo Supremo Tribunal Federal, que é dominada por defensores do marco temporal. Trata-se de um engodo, já que a comissão teria a incumbência de construir um consenso em torno de um tema já declarado inconstitucional.

⁶ Como foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, durante a pandemia de Covid-19 esse cenário se agravou drasticamente.

resistem ao projeto de morte que quer transformá-los de donos da terra à mão-de-obra precarizada do agronegócio ou nas periferias das cidades, seus modos de vida informam outros caminhos civilizatórios. Por meio de suas cosmovisões, saberes e ontologias relacionais, nas quais a natureza figura como parente e não como mercadoria, eles colocam em prática economias e ecologias ancestrais que “sustentam o céu” (Kopenawa, 2015) e que “adiam o fim do mundo” (Krenak, 2019).

GOVERNO LULA: A RETOMADA DA AGENDA AMBIENTAL E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

A adoção de medidas para a proteção ambiental tem sido a tônica do terceiro mandato de Lula da Silva. Entre as ações implementadas em 2023 para reverter a antipolítica ambiental predatória implementada por Bolsonaro, destacam-se: a retomada do Plano para o Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) (Esteves, 2023); o restabelecimento do Fundo Amazônia; a reconfiguração do CONAMA visando assegurar mais controle social e participação da sociedade civil; a retomada de resoluções de proteção ambiental, bem como a anulação de medidas tomadas pelo governo Bolsonaro que visavam *flexibilizar* regimentos ambientais e permitir o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas e áreas protegidas.

Do ponto de vista da estrutura do Estado, Lula inovou ao criar o Ministério dos Povos Indígenas e ao nomear a líder indígena Sônia Guajajara para a pasta, tornando-a a primeira indígena a ocupar um ministério em toda a história brasileira. Lula também criou secretarias, departamentos, diretorias, coordenações e assessorias em outros 14 ministérios para tratar exclusivamente da agenda ambiental. Em outra frente, os órgãos ambientais de controle e fiscalização estão sendo reconstruídos institucionalmente, inclusive com a recomposição de quadros e orçamento.

Para dar um exemplo de como esse conjunto de medidas representa uma importante mudança de rumo, a retomada da fiscalização por órgãos como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) no combate intensivo aos crimes ambientais, já representam uma diminuição de 54/% do desmatamento ilegal na Amazônia e uma diminuição de 80% do garimpo ilegal no Território Yanomami, em comparação com o mesmo período de 2022 (Censipam 2023).

O foco na agenda ambiental indica, igualmente, que ela voltou a ser um dos eixos da atuação internacional do Brasil. Aliás, a diplomacia ambiental é a área em que o governo Lula mais avançou no primeiro ano de governo. No encontro com o presidente Biden, em fevereiro de 2023, Lula conseguiu um aporte para o Fundo Amazônia que se soma às contribuições da União Europeia e do Reino Unido. Além disso, a realização da Cúpula da Amazônia em agosto de 2023 (Belém, Pará) e a escolha do Brasil como sede da COP 30 em 2025 demonstram como a área ambiental tem contribuído para retirar o Brasil do isolamento internacional. Isso representa uma reversão completa em relação ao governo de Jair Bolsonaro.

Não por acaso, a posse de Lula em janeiro de 2023 e a nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foi recebida como um alento no Brasil e no mundo por todos/as que lutam por justiça social e ambiental. Contudo, em que pese a importância dessas mudanças, a mensagem inequívoca que o Brasil passa ao mundo ao enfatizar seu compromisso com a agenda ambiental, bem como os efeitos positivos que esse novo cenário aponta, os índices de desmatamento na Amazônia Legal ainda seguem em patamares elevadíssimos.

Por outro lado, o lançamento do novo Plano de Aceleração do Crescimento (2023) e do PLANTE (Plano Nacional de Transição Energética) do Ministério de Minas e Energia tendem a aumentar a pressão sobre o bioma amazônico. Chama atenção, em particular, que quase metade do novo PAC abarca obras interrompidas pelos governos anteriores. Do mesmo modo, a crescente pressão por prospecção de petróleo na Foz do Amazonas é uma contradição e um ponto delicado na agenda ambiental do governo Lula. Isso demonstra que apesar da mudança de rumos e da contundente preocupação ambiental do governo Lula, a agenda econômica, de viés desenvolvimentista, ainda é hegemônica, revelando as contradições e os desafios que envolvem a construção de um projeto econômico para o país, orientado por valores de sustentabilidade e justiça social.

A esse respeito, chama atenção o Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia brasileira, produzido pelo Imazon em 2023. Os 772 municípios amazônicos foram classificados em cinco grupos (Tiers) a partir de indicadores sociais e ambientais agregados em três dimensões: “Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-estar e Oportunidades e 12 componentes (Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia, Segurança Pessoal, Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar, Qualidade do Meio Ambiente, Direitos

Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior)” (2023, p. 6). O IPS da Amazônia foi de 54,32 frente a 67,94 do Brasil, um contraste que se repete em várias dimensões: nas Necessidades Humanas Básicas (64,83 ante 76,30), nos Fundamentos para o Bem-estar (57,83 ante 69,14) e nas Oportunidades (40,31 ante 58,38).

O estudo aponta que nos nove estados da região persistem a pobreza e a desigualdade social, revelando novas dimensões de uma realidade paradoxal no País: a região amazônica tão rica em recursos naturais e energéticos é ao mesmo tempo uma das mais pobres do Brasil. As desigualdades no acesso aos serviços básicos captados pelos 12 indicadores do IPS também revelam que a população na Amazônia segue sendo privada dos direitos sociais fundamentais. A conclusão do relatório é que “entre os 15 municípios com as piores notas IPS, alguns estão fortemente associados ao desmatamento, degradação florestal e conflitos sociais”. Ainda de acordo com o relatório, a criação do IPS resulta do “entendimento de que medidas de desenvolvimento baseadas apenas em indicadores econômicos são insuficientes, pois crescimento econômico sem progresso social pode resultar em degradação ambiental, aumento na desigualdade, exclusão e conflitos sociais” (2023, p.7).

Essa realidade também foi tema da Cúpula da Amazônia, realizada em agosto de 2023, em Belém-PA. O documento final produzido pela Cúpula, a Declaração de Belém, contém 113 objetivos e princípios que abordam temas como mudança do clima, proteção social e combate às desigualdades sociais. Quanto à emergência climática, o texto faz referência à perspectiva de atuação em comum nos foros internacionais em defesa dos interesses dos países da região amazônica, em particular na cobrança de recursos de financiamento climático dos países desenvolvidos no montante de US\$ 100 bilhões/ano, para responder às necessidades de adaptação e mitigação dos países do Sul global. Ademais, o documento incentiva a cooperação entre as instituições científicas e universitárias amazônicas para apoiar a compreensão das "interrelações entre a mudança do clima e os ecossistemas florestais", envolvendo em particular os povos e as comunidades tradicionais da região. Quanto às desigualdades sociais, embora seja mencionada já nas primeiras linhas da Declaração de Belém, o tema aparece apenas de forma transversal ao longo do documento.

A política ambiental regressiva de Bolsonaro contribuiu fortemente para empurrar o Brasil para a condição de pária internacional. O acordo Mercosul-União europeia foi duramente criticado pela França. O governo de Emmanuel Macron tentou utilizá-lo para justificar o protecionismo agrícola francês assim como para vetar qualquer possibilidade de

acordo com o Brasil diante do desmonte da política ambiental brasileira imposto pelo governo Bolsonaro. Essa realidade tem sido aos poucos revertida a partir do novo governo Lula da Silva.

Assim, desde o início de 2023, o Brasil vem reconstruindo a sua política ambiental e a sua política externa. O governo Lula elegeu o meio ambiente como um dos eixos da atuação internacional brasileira. Entre os resultados importantes dessa nova política ambiental do país podemos citar o desbloqueio e novas doações ao Fundo Amazônia, a realização da COP30 na cidade de Belém (Pará), a desistência da União Europeia (UE) em tentar impor novas normativas ambientais no acordo Mercosul-UE, a redução do desmatamento na Amazônia, entre outras.

Apesar da cidade de Belém não possuir a infraestrutura necessária para abrigar um evento da dimensão da COP, o fato de o governo brasileiro ter mantido a Cúpula do Clima na região é um importante gesto ao mundo, uma vez que a COP será realizada em plena floresta amazônica. É importante reconhecer, contudo, que esse gesto importante ainda contrasta fortemente com as políticas e práticas econômicas que predominam na região. Corporações extraem da Amazônia centenas de milhares de toneladas de diferentes minerais e outros recursos naturais e energéticos, enquanto a fatia que fica para as cidades e os estados da região é ínfima. Exemplo emblemático disso é a discrepância entre a importância do Pará para o setor mineral e a sua posição nos índices de desenvolvimento humano. Isto é, embora o Pará seja a maior província mineral do país, a exploração desses recursos não se reverte em benefícios para seus cidadãos, reforçando a lógica neoextrativista que predomina na região amazônica desde a ditadura militar.

Dito isso, acreditamos que a realização da COP30 em Belém servirá também para escancarar essas contradições, as desigualdades profundas que assolam a população da região e as violações de direitos que afligem os povos tradicionais que lutam para manter a floresta em pé. Essas contradições, desigualdades e violações de direitos precisam ser o foco de uma política ambiental comprometida com a promoção da justiça socioambiental e da equidade. A Amazônia que povoa boa parte do imaginário internacional certamente não será a que os participantes da COP30 encontrarão. E isso deveria servir para que os compromissos firmados na Cúpula saíssem do papel, assegurando à população amazônica, especialmente aos povos tradicionais, o protagonismo na construção e definição do projeto de vida e do futuro da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, revisitamos criticamente o desenvolvimentismo historicamente imposto para a região amazônica e, nesse contexto, as disputas entre os projetos (neo)extrativistas e os projetos de sustentabilidade *mainstream* (modernização ecológica). Também examinamos o desmantelamento da política de proteção ambiental do país sob o governo Bolsonaro e a retomada da agenda ambiental pelo governo Lula da Silva, no âmbito da política interna e das relações internacionais, mirando os avanços e os desafios da agenda ambiental para o bioma amazônico.

Buscamos demonstrar que a gestão Bolsonaro representou um desmonte sem precedentes da política ambiental do país, resultando na neutralização de importantes dispositivos legais de proteção da natureza, no cerceamento da participação da sociedade civil nas instâncias consultivas e deliberativas, na violação de direitos dos povos e comunidades tradicionais. A Amazônia esteve no centro desta política predatória: os índices de desmatamento ilegal bateram recordes, a invasão de garimpeiros e madeireiros nos territórios indígenas fez crescer a violência e a grilagem de terras públicas virou uma rotina. Com o objetivo de tornar inoperante o arcabouço legal de proteção ambiental, o governo Bolsonaro praticamente proibiu o embargo de áreas onde ocorreram crimes ambientais e o número de multas aplicadas caiu vertiginosamente, assim como o pagamento delas, que teve uma queda de 93%.

Os relatórios publicados anualmente pelo Mapbiomas e pelo Imazon, relevam uma associação direta entre os indicadores de destruição da floresta e o aumento da pobreza e da desigualdade na região. O IPS da Amazônia está abaixo da média nacional ao mesmo tempo em que a região abriga imensas riquezas naturais, minerais e potencial energético. Historicamente submetida a lógica neoextrativista, ao imaginário colonial (Loureiro, 2022) e as expulsões forçadas, a Amazônia segue permanentemente ameaçada.

A agenda econômica ultraneoliberal de Bolsonaro foi apoiada politicamente pelo agronegócio, pelos grandes bancos e por boa parte do setor industrial e do comércio. O único receio de parte do agronegócio manifestado veladamente é com a possível retaliação ou boicote às exportações de carne ou soja, por exemplo, no mercado internacional. É o caso do Acordo Mercosul-União Europeia, assinado em julho de 2019, e que ficou paralisado devido a política ambiental predatória do governo Bolsonaro.

Entendemos que o desmonte de uma política sempre pode ser restituída pela alternância de poder, enquanto a ruptura esfacela conquistas que levaram anos para serem consolidadas e que dificilmente podem ser reparadas no curto prazo. Esse processo de reconstrução está em curso no Brasil desde a posse do presidente Lula em janeiro de 2023, mas tem se dado em passos lentos e enfrenta enormes desafios.

No plano internacional, Bolsonaro tentou maquiagem a destruição da Floresta amazônica com a instituição do Conselho Nacional da Amazônia Legal, em fevereiro de 2019. Presidido pelo então vice-presidente Hamilton Mourão, este Conselho era composto por ministros de várias pastas, mas sem a participação de governadores da Amazônia e da sociedade civil. A preocupação do governo brasileiro era outra: tentar convencer os investidores estrangeiros e os principais parceiros comerciais do Brasil de que o governo federal tinha compromisso com a conservação ambiental, apesar das evidências em contrário. O fato é que no governo Bolsonaro este Conselho não tinha credibilidade alguma e serviu apenas como cortina de fumaça para novos retrocessos.

Contudo, apesar de Bolsonaro e em oposição a sua política de morte, os povos e comunidades tradicionais têm resistido, dando continuidade à luta contracolonial de longa duração, em defesa de seus corpos-territórios e de seus direitos. Como nos lembra Quijano (2009), o protagonismo e a agência desses povos não conformam a utopia de um mundo que está por vir, mas os seus projetos de vida realmente existentes. Justamente porque são radicalmente divergentes dos interesses do capital, seus modos de vida não apenas informam outros caminhos civilizatórios, como sustentam o céu e adiam o fim do mundo.

Nesse contexto, é importante lembrar o alerta que os povos e comunidades tradicionais têm feito, ao indicarem que não há caminho milagroso e nem desenvolvimento sustentável para a região sem participação popular. Assim como não há um país do futuro sem a democratização da sociedade e a inclusão dos grupos historicamente excluídos dos espaços de poder, também não há futuro possível para a Amazônia e para o país, quiçá para o mundo, sem o protagonismo político e intelectual dos povos e comunidades tradicionais; sem a consideração de seus saberes ecológicos ancestrais, de suas ciências e de suas economias locais de baixa entropia que informam um pacto ambiental e civilizatório voltado para a proteção ambiental, justiça social, cidadania na floresta (*florestania*) e a floresta em pé.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In H. Acsehrad et. Al (Eds.), **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp. 23-40.

ADAMS, C. et al. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, M. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, 5 (1), pp. 7-28, 2013.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2011.

AMAZON COOPERATION TREATY. Belém Declaration.
<https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/cop28/belem-declaration>, 2023.

ASCEMA NATIONAL. **Chronology of an announced disaster: actions of the Bolsonaro government to dismantle environmental policies in Brazil**: Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente, 2020.

BARBOSA, A. L. Ancestralidade, encantaria e resistência nas comunidades de Belo Monte de Vitória do Xingu e Belo Monte do Pontal na Volta Grande do Xingu. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Povos e Comunidades Tradicionais, Universidade de Brasília, 2023.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRANCO, L. Bioeconomia: um caminho para o futuro ou um padrão de subordinação? OPEB. 28. jun. 2021
<https://opeb.org/2021/06/28/bioeconomia-um-caminho-para-o-futuro-ou-um-padrao-de-subordinacao-renovado/>

BRUM, E. **Banzeiro òkotó: uma viagem à Amazônia centro do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CAMARA, G. et al. Amazonian deforestation models. **Science** 307 (5712), 2005, pp. 1043-1044.

CAMPELO, T. & NERI, M. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA. 2013
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf

CASTRO, C. **A ciência e a construção do campo de estudos amazônicos**. Curitiba: CRV, 2002.

CASTRO, E. & CASTRO, C. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA** 25 (1), 2022, pp. 11-36.

CGEE. Relatório Anual. CGEE/MCTI, Brasília. 2017, https://www.cgee.org.br/documents/10182/2994811/Rel_Anual_2017.pdf.

CASTRO, F., LOPES, G. R. & BRONDIZIO, E. S. The Brazilian Amazon in Times of COVID-19: from crisis to transformation?. **Ambiente & Sociedade** 23, 2020, pp. 1-11.

CENSIPAM. Resultados do PRODES 2022/23 Bioma Amazônia. Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática. 2023. <https://www.gov.br/mma/pt-br/taxa-de-desmatamento-na-amazonia-cai-22-3-em-2023/coletiva-de-imprensa-prodes-22-23.pdf>

COATES, R. e SANDRONI, L. Protected Truths: Neoextractivism, Conservation, and the Rise of Posttruth Politics in Brazil. **Annals of the American Association of Geographers**, 113, n.9, 2023, pp. 2048-2067.

CUNHA, M. C., ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon. **Daedalus**, 2000, vol. 129, n.), pp. 315-338.

DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

DINIZ, E. Desenvolvimento e Estado Desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Revista de Sociologia e Política**. 2013, vol. 21, n. 47, pp. 9-20.

ESTEVES, B. A descupinização: Como Lula vai combater o desmatamento. *Revista Piauí*, jun. 2023, pp. 36-43.

GARRET, R. D. ET AL. Forests and sustainable development in the Brazilian Amazon: history, trends and future prospects. **Annual Review of Environment and Resources**, 2021, vol. 46, pp. 625-652.

GREENPEACE. Ações efetivadas e promessas nos primeiros 100 dias de Governo Bolsonaro, 2020. <https://www.greenpeace.org.br/hubfs/atos-medidas-bolsonaro-100dias.pdf>

GUAJAJARA, S. Governo Bolsonaro: o retrato da barbárie contra os povos indígenas e a vida. In: **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Goiânia, CPT Nacional, 202, pp. 182-89.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HECHT, S. The new Amazon geographies: insurgent citizenship, Amazon Nation and the politics of environmentalisms. In J, Vojunec and M, Schmink (Eds). **Amazonian Geographies**. London: Routledge, 2014, pp. 203-233.

HOCHSTETLER, K. O Meio ambiente no governo Bolsonaro. In L, Avritzer et al. (Eds.) *Governo Bolsonaro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, pp 271-285.

HOPWOOD, B., MELLOR, M., AND O'BRIEN G. Sustainable Development: Mapping different approaches. *Sustainable Development*, 2005, vol. 13, n.1 , pp. 38-52.

IMAZON. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2023**. <https://amazonia2030.org.br/indice-de-progresso-social-na-amazonia-brasileira-ips-amazonia-2023/>

IPEA. **Desigualdades: nos estados da região norte e no Brasil por regiões (comparativo)**. 2011. Brasília <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo31.pdf>

ISA . **Diálogos amazônicos: contribuições para o debate sobre sustentabilidade e inclusão**. São Paulo, 2023.

KOPENAWA, D. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRÖGER, M. Field research notes on Amazon deforestation during the Bolsonaro era. **Globalizations** vol. 17, 2020a, pp. 1080–1083.

KRÖGER, M. Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. **The Journal of Peasant Studies** , 2020b, vol. 47, pp. 464–482.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LATOUR, B. **Onde aterrar? como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2020a.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: UBU. 2020b.

LOUREIRO, V. **Amazônia: colônia do Brasil**. Manaus: Valer Editora, 2022.

LULA DA SILVA, L.I. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU, 19. sep. 2023. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>

MALHEIRO, B. **Geografias do Bolsonarismo: Entre a expansão das commodities do negacionismo e da fé evangélica no Brasil**. Manaus: Amazônia Latitude Press, Tallahassee. 2023.

MEDEIROS, M. *Os ricos, os pobres*. Desigualdade no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2024.

MENEZES, R. G., BARBOSA, R. (2021). Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition, *Z Vgl Polit Wiss*, 2021, vol. 15, n. 2, pp. 229–247.

MENEZES, R., KRAYCHETE, E. (Eds). Dossiê: Desigualdade Global e Desenvolvimento, Caderno CRH 35, 2022.

MENEZES, R. G., SABATOVICZ, S. Agora vai? As negociações do Acordo Mercosul-União Européia no contexto da nova onda de liberalização radical da economia brasileira. In: ESPOSITO, T. e Sartori, H. (Org.). **União Europeia: visões brasileiras**. Curitiba: Editora Appris, 2019, pp. 195-205.

MILANEZ, F. Colonialism, extractivism and re-existence in the Brazilian Amazon. In: E, Chertkovskaya, A, Paulsson A. and S, Barca S. **Towards a Political Economy of Degrowth**. London: Rowman and Littlefield, 2019.

MIOLA, I. Despachante da destruição ambiental. Jornal Nexo, 16. out. 2021.
<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Despachantes-da-destruicao-ambiental>.

NORTH, L. e GRINSPUN, R. Neo-extractivism and the new Latin American developmentalism: the missing piece of rural transformation. **Third World Quarterly**, 2016, vol. 37, pp. 1483–1504.

OLIVEIRA, G. L. T., HECHT, S. B. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification of neo-nature in South America. In **Soy, globalization and environmental politics in South America**. London: Routledge, London, 2019, pp. 1-35.

PNUMA. Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: síntese para tomadores de decisão. New York: UN, 2011.

PORTO, M. F., PACHECO T., LEROY, J. P. (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

POSEY, D. Indigenous Ecological Knowledge and Development of the Amazon. In E, Moran. **The Dilemma of Amazonian Development**. London: Routledge, 1983.

QUIJANO, A. Outro horizonte de sentido histórico. **América Latina em Movimento**. 2009, n. 441, pp. 2-5.

REIS DA SILVA, A. T. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2019, vol. 34, n. 99, pp. 1-22.

REIS DA SILVA, A. T. A conservação da Biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. **Estudos Avançados**, 2015. vol. 29, n. 83, pp. 233-259.

ROMEIRO, A. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 2012, vol. 26, n. 74, pp. 65-92.

SASSEN, S. Predatory logics: going well beyond inequality. In: LANGMAN, L. and SMITH, D. (Eds.). **Twenty-first century inequality & capitalism**. Leiden: Brill, 2018, pp. 64-85.

SASSEN, S. **Expulsões. brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SPRING, J. Brazil's Green New Deal: Lula promises environmental policy overhaul. <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-green-new-deal-lula-promises-environmental-policy-overhaul-2022-10-27/>. 27. out. 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Elefante, 2019.

TIENHAARA, K. Varieties of green capitalism: economy and environment in the wake of the global financial crisis. **Environmental Politics**, 2014, vol. 23, n. 2, pp.187-204.

UOL. Garimpo ilegal põe em risco ao menos 13 mil indígenas mundurukus e kayapós. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/26/garimpo-ilegal-poe-em-risco-20-mil-indigenas-de-povos-munduruku-e-kaiapo.htm>. 16. jan. 2023.

VALOR. Macron diz que é “totalmente contra”o acordo Mercosul-UE. 2. dez. 2023. https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/12/02/macron-diz-que-totalmente-contrao-acordo-merc-sul-ue.ghtml?li_source=LI&li_medium=news-page-widget

WIT, F., MOURATO, J. Governing the diverse forest: polycentric climate governance in the Amazon. **World Development**, 2022, n. 157.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais. mineração e desregulação ambiental. In: Zhouri, A. e Valencio, N. (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, pp 111-41.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF—Processo nº 291/2023) a esta pesquisa.